

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

JÉSSICA MARIA BARBOSA

**A EDUCAÇÃO E SEUS SENTIDOS:
O QUE PENSA A UNICAMP A RESPEITO DA EDUCAÇÃO**

CAMPINAS

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

JÉSSICA MARIA BARBOSA

**A EDUCAÇÃO E SEUS SENTIDOS:
O QUE PENSA A UNICAMP A RESPEITO DA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Faculdade de Educação da
UNICAMP, para obtenção do título de
licenciatura plena em Pedagogia, sob
orientação da Profa. Dra. Maria Teresa
Eglér Mantoan

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

B234e BARBOSA, Jéssica Maria, 1998-
A educação e seus sentidos: o que pensa a unicamp a respeito da educação /Jéssica Maria Barbosa. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.
Orientador: Maria Teresa Eglér Mantoan.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
1. Educação. 2. Educação familiar. 3. Educação escolar. 4. Educação inclusiva. 5. Cuidado de si. 6. Antirracismo. 7. Discurso do Sujeito Coletivo. I. Mantoan, Maria Teresa Eglér, 1943-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Área de concentração: Educação

Titulação: Licenciado em Pedagogia

Banca examinadora: Fernando Lefevre

Data de entrega do trabalho definitivo: 23-12-2020

JÉSSICA MARIA BARBOSA

**A EDUCAÇÃO E SEUS SENTIDOS:
O QUE PENSA A UNICAMP A RESPEITO DA EDUCAÇÃO**

Relatório final, apresentado à Universidade Estadual de Campinas, como parte das exigências para a obtenção do título de licenciatura em pedagogia.

Campinas, ____ de _____ de ____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Teresa Égler Mantoan

Prof. Dr. Fernando Lefevre

Dedico este trabalho aos meus sonhos. Aos sonhos dos meus pais, da minha irmã, dos meus avós e dos meus ancestrais. Dedico também a todos aqueles que sonham e acreditam em uma educação justa, igualitária e para todos.

AGRADECIMENTOS

À querida e eterna companheira, Joyce Santana Barbosa, agradeço pela paciência e pela disposição de estar ao meu lado em todas as etapas da minha vida. Agradeço pelo apoio, carinho e pelas inúmeras leituras e correções deste trabalho.

À querida Professora Doutora Maria Teresa Eglér Mantoan, agradeço por todos ensinamentos e oportunidades que me abriu desde o primeiro dia que bati na porta do LEPED. Muito obrigada por me acolher, por ser minha amiga, pelos "puxões de orelhas" e por me ajudar a trilhar os melhores caminhos. Tenho uma admiração e um carinho imensurável por você.

Ao Professor Doutor Fernando Lefevre, agradeço pela generosidade em me atender em sua casa, pelos conselhos relativos ao método e por me auxiliar nas construções dos casos que utilizei nesta pesquisa.

Ao meu querido companheiro, Wesley Nascimento Rocha, agradeço por caminhar ao meu lado durante todos os processos desta pesquisa. Obrigada pela paciência, pelo companheirismo na vida, nas idas a campo e nas transcrições das entrevistas.

Aos meus pais, Marli Almeida dos Reis Barbosa e João Paulo Barbosa, agradeço pelo dom da vida. Mãe, minha guerreira, obrigada por me ensinar a ser forte e por ser essa mulher batalhadora que jamais desiste daquilo que acredita. Pai, meu mestre, obrigada por me ensinar a ser paciente, suas poucas palavras me ensinaram tudo que há de mais nobre nesta vida.

Aos meus avós, Eva Costa, Santana Paulina Barbosa, João Bispo Barbosa e Abelina Alves Martins, agradeço pelos inúmeros ensinamentos e pela confiança. Obrigada pelo colo, pelos conselhos e por me ensinarem a importância dos minuciosos detalhes da vida. "*Deus te abençoe, menina bonita do Vô*", permanecerá eternamente em meu peito com sua voz ao fundo.

À minha querida amiga Lhays Izidoro da Silva, agradeço pela inspiração e pelo desenho feito ainda nas primeiras etapas do projeto. A Liz, ilustração feita por

ela, se encontra na epígrafe e no decorrer de todo trabalho, e transmite tudo aquilo que acredito como educação.

À minha querida amiga Telma Nascimento, agradeço por toda a caminhada que trilhamos desde o dia do vestibular. Muito obrigada pelos conselhos, pelos ensinamentos, pela preocupação, pelos momentos inesquecíveis que vivemos e por me apresentar a Professora Maria Teresa e o LEPED.

Aos meus colegas do LEPED, agradeço pelas inspirações, pelas conversas e pelos conselhos. Vocês, de maneira direta e indireta, foram muito importantes em minha construção acadêmica e pessoal. Muito obrigada Bel Dias, José Eduardo Lanutti, Gustavo Tomazi, Isabela Tegon, Vanessa Alves, Meire Cavalcante, Daniel Nascimento e Eliane Ramos.

Por fim, agradeço a mim mesma. Pela perseverança e sutileza que me levou ao fim desta etapa. Por não desistir e por acreditar em uma educação que não cabe em livros e apostilas.

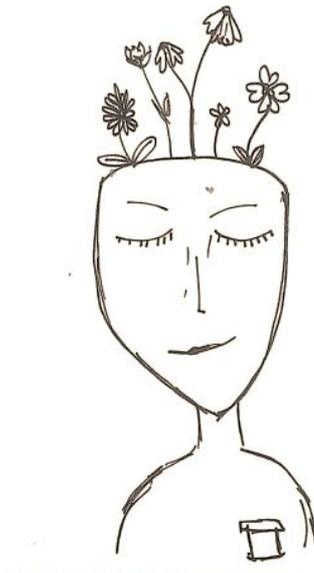


Figura 1: Liz¹

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é também onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as, em vez disso, com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum.(ARENDR, 1978, p. 247)

¹ Desenho feito por Lhays Izidoro da Silva no pré-teste do projeto. Nesta etapa, eu pedia aos poucos participantes para colocarem no papel o que era educação para eles. Como resposta, ela me devolveu este desenho dizendo que a educação é tudo aquilo que te faz florir. Nomeamos o desenho como Liz e nele a uma garota que em sua cabeça, possui um jardim com flores a florir.

RESUMO

Este trabalho parte da indagação referente ao emprego indiscriminado do termo “educação” nas narrativas de pessoas com distintas faixas etárias, gêneros, escolaridades e profissões. Por meio de entrevistas realizadas na Universidade Estadual de Campinas, as quais foram gravadas em voz e posteriormente transcritas, conheci e analisei a partir do método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), depoimentos referentes a cinco casos fictícios que abordavam: educação familiar, educação escolar, educação especial na perspectiva da educação inclusiva, educação e o cuidado de si, e a educação antirracista.

Palavras-chaves: Educação; Educação Familiar; Educação Escolar; Educação Inclusiva; Cuidado de Si; Educação Antirracista; Discursos do Sujeito Coletivo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Liz	8
Figura 2: gráfico de barras com a distribuição de idades segundo as faixas etárias.	41
Figura 3: gráfico circular com o percentual dos sujeitos por gênero.	41
Figura 4: gráfico circular com o percentual dos sujeitos por escolaridade.	42
Figura 5: gráfico circular com o percentual dos sujeitos por vínculo à Unicamp.	42
Figura 7: gráfico em barras com os dados quantitativos do caso 2.	52
Figura 8: resultados qualiquantitativos do caso 3 em gráfico de barras.	55
Figura 9: resultados qualiquantitativos do caso 4 em gráfico de barras.	59
Figura 10: resultados qualiquantitativos do caso 5 em gráfico de barras.	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Alguns dos discursos do pré-teste.	39
Tabela 2: exemplificação das fases iniciais do DSC.	44
Tabela 3: expressões chaves que construíram a categoria A, caso 1.	45
Tabela 4: resultado do DSC, categoria A, caso 1.	45
Tabela 5: dados quantitativos caso 1.	48
Tabela 6: dados quantitativos caso 2.	52
Tabela 7: dados quantitativos caso 3.	55
Tabela 8: dados quantitativos caso 4.	59
Tabela 9: dados quantitativos caso 5.	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado.

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

CAAE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética.

DSC - Discurso do Sujeito Coletivo.

ECHs - Expressões Chaves.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

ICs - Ideias Centrais.

IBC - Instituto Benjamin Constan.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INES - Instituto Nacional da Educação dos Surdos.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

LEPED - Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença.

MEC - Ministério da Educação e Cultura .

OEA - Organização dos Estados Americanos.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial Na Perspectiva da Educação Inclusiva.

RS - Representação Social.

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - AS EDUCAÇÃO E SEUS ESTUDOS	16
EDUCAÇÃO FAMILIAR	18
EDUCAÇÃO ESCOLAR	22
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	25
EDUCAÇÃO E O CUIDADO DE SI	30
EDUCAÇÃO ANTIRRASCISTA	34
CAPÍTULO II - METODOLOGIA	37
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	43
CAPÍTULO III - OS CASOS E SEUS DISCURSOS	46
CASO 1	48
RESULTADOS QUANTITATIVOS	48
RESULTADOS QUALITATIVOS	49
CASO 2	52
RESULTADOS QUANTITATIVOS	53
RESULTADOS QUALITATIVOS	54
CASO 3	55
RESULTADOS QUANTITATIVOS	56
RESULTADOS QUALITATIVOS	57
CASO 4	59
RESULTADOS QUANTITATIVOS	60
RESULTADOS QUALITATIVOS	61
CASO 5	63
RESULTADOS QUANTITATIVOS	64
RESULTADOS QUALITATIVOS	65
CONCLUSÕES DOS DADOS QUALIQUANTITATIVOS	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
BIBLIOGRAFIA	69

INTRODUÇÃO

De acordo com Brandão (1985), "ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços de nossas vidas com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar". Todos os dias misturamos a vida com a educação, e a presente pesquisa buscou compreender os sentidos que distintas pessoas dão à palavra educação quando se expressam verbalmente. Afinal, é muito comum entre a população brasileira os seguintes comentários: "Com a educação se faz um Brasil melhor e mais justo"; "O Brasil precisa investir mais em educação"; "É com educação que se transforma o mundo". Mas com a grandeza territorial deste país e toda a sua diversidade cultural, será que todos reproduzem estas frases pensando num mesmo sentido à palavra educação? Aliás, o que significa a palavra educação para você?

O Brasil é um país conhecido internacionalmente por possuir uma postura jurídica muito sólida em relação à educação e à infância. A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) são alguns dos documentos que norteiam a produção desta pesquisa e que garantem os direitos da educação em suas diferentes modalidades, como na educação familiar, escolar e em sociedade.

Meus objetivos neste trabalho se resumem em: conhecer por meio de diferentes práticas presentes no cotidiano a posição de sujeitos ao se referir ao que é a educação neste país. Iniciei as entrevistas com uma prática que é utilizada como um instrumento corretivo na educação de crianças desde as antigas civilizações, a "palmada pedagógica". Apesar de ainda ser um assunto muito criticado, a "Lei do Menino Bernardo", assim conhecida, foi aprovada pela Lei 7672 de 2010 e promoveu a seguinte alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Quando abordei a educação no âmbito escolar, baseie-me o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que é a chave para as respostas dos casos dois e três da pesquisa: "**A educação é direito de todos** e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, **visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.**" [Grifos meus]. De fato, a escola tem um papel fundamental para a formação de cidadãos e é um direito de todos frequentarem a escola comum.

No quarto e quinto casos da pesquisa, com o propósito de pensar em uma educação em sociedade, apresentei situações típicas do cotidiano como uma fila para entrada no ônibus e o racismo intrínseco presente na nossa sociedade. Tais ações, apesar de todo o caos a que estamos expostos diariamente, estão prescritas na Constituição Federal de 1988, Art. 3, inciso IV, como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: "**promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação**".

Ao analisar o posicionamento dos sujeitos entrevistados no decorrer desta pesquisa, justifico o meu interesse pelo problema dado que é possível pelo menos do ponto de vista legal, acreditar que a nossa educação possa transformar a sociedade brasileira ultrapassando o âmbito da educação escolar e se expandindo com vistas a preparar as novas gerações para o exercício da cidadania.

CAPÍTULO I - AS EDUCAÇÃO E SEUS ESTUDOS



EDUCAÇÃO FAMILIAR

Sequências

Eu era pequena.

A cozinheira Lizarda

tinha nos levado ao mercado, minha irmã, eu.

Passava um homem com um abacate na mão e eu inconsciente:

"Ome, me dá esse abacate..."

O homem me entregou a fruta madura.

Minha irmã, de pronto: "vou contar pra mãe que ocê pediu abacate na rua."

Eu voltava trocando as pernas bambas.

Meus medos, crescidos, enormes...

A denúncia confirmada, o auto, a comprovação do delito.

O impulso materno... consequência obscura da escravidão passada,

o ranço dos castigos corporais.

Eu, aos gritos, esperneando.

O abacate esmagado, pisado, me sujando toda.

Durante muitos anos minha repugnância por essa fruta

trazendo a recordação permanente do castigo cruel.

Sentia sem definir, a recreação dos que ficaram de fora,

assistentes, acusadores.

Nada mais aprazível no tempo, do que presenciar a criança indefesa

espernear numa coça de chineladas.

"É pra seu bem," diziam, "doutra vez não pedi fruta na rua."

(Cora Coralina, Vintém de cobre, p. 131-132.)

Os tapas, as chineladas, os castigos e histórias como o escrito acima da Cora Coralina percorrem em muitas infâncias de geração em geração. A mania de bater para educar crianças está enraizado em muitas culturas e em nossa sociedade, este péssimo hábito faz parte da herança do acultramento europeu, introduzido no século XVI, pelos padres jesuítas.

Segundo Priore (1999),

A boa educação, para eles, implicava em castigos físicos e nas tradicionais palmadas. O castigo físico não era nenhuma novidade no cotidiano colonial. Introduzido, no século XVI, pelos padres jesuítas, para horror dos indígenas que desconheciam o ato de bater em crianças, a correção era vista como uma forma de amor. O “muito mimo” devia ser repudiado. Fazia mal aos filhos. [...] O amor de pai devia inspirar-se naquele divino no qual Deus ensinava que amar “é castigar e dar trabalhos nesta vida”. Vícios e pecados, mesmo cometidos por pequeninos, deviam ser combatidos com ‘açoites e castigos’. (PRIORE, 1999, p. 96-97)

A história da educação de crianças no Brasil parte de um olhar adultocêntrico, patriarcal e disciplinar, onde a criança não possui direitos, muito menos voz. A figura paterna causava terror aos pequenos que

(...) acostumavam-se, por meio de castigos físicos extremamente brutais, a não duvidarem de sua prepotência. Os espancamentos com palmatórias, varas de marmelo (às vezes com alfinetes na ponta), cipós, galhos de goiabeira e objetos de sevícias do gênero, ensinavam-lhes que a obediência incontinente era o único modo de escapar à punição.(...) A justiça concedia ao pai o direito de castigar escravos, filhos e mulheres, ‘emendando-lhes das más manhas’, conforme ditavam as Ordenações do Reino. (COSTA, 1983, p. 156-157, apud LONGO, 2012, p. 27)

A valorização da criança como um sujeito histórico, de direitos, protagonista e que produz cultura é tardia e por muitas vezes, distante da prática das famílias e até mesmo dos ambientes escolares. Apenas no século XX, a partir da luta de diversos movimentos sociais a favor dos direitos e da integridade das crianças, os Direitos Internacionais da Criança foram inseridos na Constituição Federal de 1988. Posteriormente, em 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que vêm para garantir os direitos das crianças e adolescentes, como consta no art. 4º o qual determina que

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Em julho de 2014, a Lei 13.010, também conhecida como a Lei do Menino Bernardo ou a Lei da Palmada, foi aprovada e acarretou alterações no ECA, a fim de estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Também ficou estabelecido pela lei, no artigo 18-B, que constatada a hipótese de punição corporal, os pais, professor ou responsáveis ficarão sujeitos a uma série de sanções como, encaminhamento a cursos ou programas de orientação, tratamento psicológico ou psiquiátrico e a obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado.

Os opositores da lei afirmam que ela prejudica a autoridade dos pais e que sem bater, as crianças não aprendem, tornando-se mal educadas. O ministro da educação, Milton Soares, nomeado pelo presidente Jair Bolsonaro, assim como presidente, é um forte opositor à lei e em um dos seus discursos disse que as crianças "*devem sentir dor*" para aprender. Para ele, "a correção necessária para a cura não vai ser obtida por meios justos e métodos suaves. Talvez uma porcentagem muito pequena de crianças precoces, superdotadas é que vai entender o seu argumento. Deve haver rigor, desculpe, severidade" (CATRACA LIVRE, 2020).

Entretanto, de acordo com Azevedo e Guerra (2001, p. 219, apud LONGO, 2001, p.52), "a mania de bater dos pais enquanto parte de uma pedagogia violenta gera nos filhos emoções destrutivas: ira, tristeza, medo, nojo e vergonha".

Em vez de bater,

Demonstre e fale o que eles devem fazer - não apenas o que não devem. Explique suas verdadeiras razões -'porque eu digo' nada ensina. Tente dizer sim e muito bom em vez de frequentemente não e pare com isso. Esteja pronto para elogiar o comportamento de que você gostou bem como repreender o comportamento de que você não gostou. Apoie se em recompensas como abraços e brincadeiras, não punições como tapas no bumbum e gritos. Ignore pequenas bobagens. Quanto mais você ralhar, menos o(a) ouvirão. Quando eles fazem alguma coisa errada, explique-lhes o que é e de que forma poderão consertá-la. Mesmo quando você não

aprecia o comportamento de seu filho, nunca sugira que você não gosta dele. (EPOCH WORLDWIDE, apud LONGO, 2001, p.55)

Apesar de muitos autores e documentos legais serem desfavoráveis ao uso de castigos e punições na educação de crianças, a mania de bater como algo cultural continua presente até os dias de hoje. Este novo olhar para a educação de crianças que visa a comunicação, o afeto e a relação horizontal entre o adulto e a criança, além de ser um novo paradigma, rompe com uma estrutura familiar que está imposta desde a chegada dos jesuítas em nosso país.

Como disse Maria Amélia Azevedo, se "bater num adulto é agressão, num animal é crueldade, como você pode dizer que bater numa criança é educação?" As punições físicas e psíquicas não oferecem reflexões e ensinamentos sobre as ações cometidas pelas crianças, mas sim, o medo da punição. É urgente reconhecer que a criança é um ser de direitos e que merece voz, vez e respeito assim como qualquer outro ser vivo.

EDUCAÇÃO ESCOLAR

Que vai ser quando crescer?

Vivem perguntando em redor. Que é ser?

É ter um corpo, um jeito, um nome?

Tenho os três. E sou?

Tenho de mudar quando crescer? Usar outro nome, corpo e jeito?

Ou a gente só principia a ser quando cresce?

É terrível, ser? Dói? É bom? É triste?

Ser; pronunciado tão depressa, e cabe tantas coisas?

Repito: Ser, Ser, Ser. Er. R.

Que vou ser quando crescer?

Sou obrigado a? Posso escolher?

Não dá para entender. Não vou ser.

Vou crescer assim mesmo.

Sem ser Esquecer.

(ANDRADE, 1988)

Mesmo em pleno século XXI, a educação escolar, em geral, tem sido um espaço distante do mundo em que vivemos. A escola, por muitas vezes, tem se resumido em um local de doutrinação, alienação, autoritarismo, aniquilamento do aluno e reprodução de conhecimentos sistematizados e fragmentados em apostilas e livros didáticos.

Infelizmente, muitos professores desconhecem as suas responsabilidades políticas em relação à democracia e em sala de aula, se tornam técnicos do conhecimento e "explicadores" que negam toda a bagagem de vida dos seus alunos e tiram deles, a oportunidade de aprender segundo os seus próprios caminhos e conhecimentos.

Segundo Mantoan (2017), o currículo tradicionalmente concebido, tem como certo, o que ensinar e se concentra nas melhores formas de se organizarem os conteúdos para o aluno melhor aprendê-los. Entretanto, essa organização não se encaixa com o modo natural de aprender, a não ser que decoremos os conteúdos curriculares e sejamos treinados para atender a essa intenção modeladora do conhecimento escolar.

Afinal, qual é o objetivo da educação escolar hoje?

O objetivo da educação é garantir a competitividade de um país na economia global. O objetivo da educação hoje é transmitir o conhecimento, os valores e as disposições da boa cidadania. O objetivo da educação hoje é garantir que os estudantes obtenham as notas mais elevadas nos testes internacionais. E assim por diante. (BIESTA, 2020, p. 130)

Apesar desta resposta parecer absurda e inaceitável, a maioria dos pais quer realmente que seus filhos, desde a educação infantil, tenham um bom desempenho na escola para entrar em universidades renomadas, para viver melhor um futuro completamente desconhecido...

Por isso, a urgência de pensarmos e lutarmos por uma educação para além do capital, para além da aprendizagem e verdadeiramente hospitaleira. Para Mészáros (2005, p.13), "a educação não é mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano

das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades". E para isso,

requer um ambiente educacional em que os estudantes tenham uma oportunidade real para começar, tomar iniciativa. Requer um ambiente educacional que não seja exclusivamente voltado para a reprodução das matérias do currículo, mas que permita aos estudantes responder nas suas próprias e únicas maneiras às oportunidades de aprendizagem providenciadas pelo currículo. Isso também requer uma compreensão diferente do próprio currículo, em que ele seja visto simplesmente como um conjunto de conhecimentos e habilidades que precisam ser transmitidos aos estudantes (...) Requer ainda mais educadores que demonstrem um real interesse pelas iniciativas e inícios [de vida] de seus estudantes. E requer um sistema educacional que não seja obcecado por resultados e tabelas classificatórias, mas que permita aos professores despende tempo e esforços para encontrar o equilíbrio delicado entre a criança e o currículo, a fim de que haja chances reais de as crianças e estudantes empreenderem algo novo, "algo imprevisto por nós". (BIESTA, 2020, p. 182 -183)

Mudar o ambiente escolar como o Biesta propõe, requer uma prática que liberta tanto o aluno quanto o professor de qualquer tipo de hierarquia de inteligências. Implica na necessidade de professores que se permitam ser afetados por um cotidiano sem previsões, sem controle e sem modelo. De acordo com Mantoan (2018), "a educação hospitaleira é uma aspiração e uma tarefa difícil para todos nós. Nada, contudo, é tão difícil que a nossa vontade não dê conta". Precisamos acreditar, lutar, dedicar e viver no cotidiano cada minucioso detalhe para uma educação que acolhe, escuta, hospeda e respeita as diferenças de cada criança e estudante.

"O ensino hospitaleiro outorga lugares ao aluno e ao professor nos quais ambos se sentem recriadores de conhecimentos, de respostas e soluções que os empoderam como investigadores" (MANTOAN, 2018). A relação entre eles é horizontal e a bagagem de conhecimentos e culturas dos alunos fazem parte da construção de conhecimentos. O professor que afeta/ensina, também é afetado e ensinado e nesta troca de conhecimentos, aprendizados únicos é hospedado em cada ser que ocupa a escola hospitaleira. E esta é a educação que vale a pena, porque ela respeita a subjetividade e as identidades particulares de cada criança, aluno e educador.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O mundo gira e,
nestas voltas, vai mudando,
e nestas mutações, ora drásticas ora nem tanto,
vamos também nos envolvendo e convivendo com o novo,
mesmo que não nos apercebemos disso.
Há, contudo, os mais sensíveis,
os que estão de prontidão,
“plugados” nessas reviravoltas
e que dão os primeiros gritos de alarme,
quando antevêm o novo,
a necessidade do novo,
a emergência do novo,
a urgência de adotá-lo,
para não sucumbir à morte,
à degradação do tempo,
à decrepitude da vida.

(MANTOAN, 2003, p.11)

Segundo Mantoan (2003, p.12), "a escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares e burocracia". A ruptura da estrutura organizacional escolar, como a da escola das diferenças que é a escola na perspectiva da inclusão, de acordo com a autora, "é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam".

No Brasil, a educação especial é historicamente conhecida como uma modalidade de ensino substitutivo para crianças e adolescentes com deficiência em um espaço segregador. Por muito tempo, "as pessoas com deficiência eram confinadas pela família e, em caso de desordem pública, recolhidas às Santas Casas ou às prisões." (LANNA JÚNIOR, 2010, apud. CAVALCANTE, 2012, p.64).

O atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi - 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (MEC, 2008, p.6)

Em 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, que em um movimento contrário ao da inclusão, orienta o processo de "integração instrucional" que permite o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que "(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais." (p.20). Vale ressaltar que

o objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. (MANTOAN, 2003, p.16)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI/MEC, 2008), traz à escola brasileira uma nova reflexão sobre o que ela é e para que ela serve. Com a PNEEPEI, a educação especial passa a ter um novo olhar para a pessoa com deficiência. Deixa de ser uma modalidade de ensino substitutivo e passa a ser uma modalidade de ensino

complementar/suplementar ao ensino comum e transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

A escola na perspectiva da inclusão nasce com o princípio de cumprir aquilo que já havia sido assegurado na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, que diz: "**a educação, direito de todos** e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, **visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.**" [Grifos meus]. Ou seja, ela promove o direito e acesso de todos os alunos à escola comum, sem qualquer tipo de diferenciação/discriminação.

o termo "discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência" significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (OEA, 1999 apud BRASIL, 2001).

Os objetivos da Política foram assim estabelecidos no próprio documento:

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (MEC, 2008).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço preestabelecido pela PNEEPEI que dá condições para que o ensino especial seja complementar/suplementar à formação do seu público-alvo, visando a autonomia desses alunos dentro e fora da escola. Esse serviço é muito importante e não se pode confundi-lo com qualquer serviço de educação especial prestado anteriormente à Política, porque a educação especial não é mais uma modalidade que substitui o ensino regular. O AEE é oferecido no contraturno do período escolar aos alunos público-alvo da educação especial que dele possam se beneficiar.

Diferentemente do Modelo Médico de interpretação da deficiência, que centra no indivíduo o problema da sua inclusão na sociedade e que sustenta a perspectiva

de educação especial anterior a PNEEPEI, o AEE baseia-se no Modelo Social de interpretação da deficiência. Ou seja, a partir desse novo modelo de representação, o problema deixa de ser a pessoa com deficiência e passa a ser o contexto no qual o indivíduo está inserido, considerando-se suas barreiras sociais, arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais, que impedem o acesso, permanência ou participação dessas pessoas na escola, nos ambientes de lazer, trabalho e outros. É função do professor do AEE eliminar, na medida do possível, essas barreiras citadas anteriormente e com isso, proporcionar autonomia e as independências possíveis dessas pessoas, minimizando situações de deficiência e garantindo lhes acesso e participação na vida como um todo.

Entretanto, os defensores das escolas e classes especiais acreditam que alguns alunos com deficiência teriam acesso à educação se frequentam tais ambientes segregadores e diferenciados, desconsiderando assim o que preceitua a Constituição Federal/88. Segundo Fávero (2004), o ensino regular é um

[...] direito indisponível; é aquele do qual nem a própria pessoa, nem seus responsáveis podem abrir mão. Sendo assim, não cabe aos pais decidirem pelo encaminhamento ou não de seu filho com deficiência ao Ensino Fundamental². É direito da criança, e obstar esse direito, sem justa causa, é uma atitude criminosa (FÁVERO, 2004, apud. CAVALCANTE, 2012, p. 60).

No dia 30 de outubro de 2020, o governo federal anunciou no assombroso Decreto nº. 10.502/2020, a “nova” política de educação especial que desconsidera: o Art. 6º da Constituição Federal de 1988, o qual diz respeito aos direitos sociais fundamentais dos cidadãos; o Art. 205, da Constituição Federal de 1988, que defende que a Educação é dever do Estado e da Família; o Art. 208, da Constituição Federal de 1988, que disciplina a obrigatoriedade da Educação Básica; o Decreto nº. 6.949/2007, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; e tantos outros documentos e lutas conquistadas nas últimas décadas.

A educação inclusiva é inegociável para todos os alunos e em especial ao público alvo da educação especial, porque as escolas e classes especiais, anteriores a PNEEPEI (2008) e proposta novamente na "nova" política, não são

² O livro de Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, Direito das Pessoas com Deficiência foi editado em 2004 e é, portanto, anterior à Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que determina como obrigatória a escolarização dos 4 (quatro) aos 17 (anos), hoje conhecida como "Educação Básica". Entretanto, a mudança da faixa etária não muda a interpretação que a educação é um direito de todos.

reconhecidas como escolas regulares, ou seja, legalizada. Apenas as escolas comuns são escolas regulares no Sistema Nacional de Ensino no Brasil.

A "nova" política propõe retrocessos como o retorno do Modelo Médico de interpretação da deficiência, a exclusão e discriminação do público alvo da Educação Especial do sistema educacional com o retorno das classes e escolas especiais. No entanto, como Paulo Freire nos ensinou, educar é um ato político e não nos calaremos. O Decreto nº. 10.502/2020 deve ser revogado! Educação não é negociável!

EDUCAÇÃO E O CUIDADO DE SI

Alcibíades – Pelos deuses, Sócrates, eu mesmo nem sei mais o que digo; e é bem possível que eu tenha vivido há muito tempo despercebido e na vergonha de não sabê-lo.

Sócrates – Mas é preciso ter coragem. Se isso tivesse acontecido nos teus cinquenta anos, seria difícil que cuidares de ti. Mas agora tens tempo de vida, e é o momento de te aperceberes.

Alcibíades – E quando nos apercebemos, o que é preciso fazer, Sócrates?

Sócrates – Responder às questões, Alcibíades. Se fizeres isto, se o deus o quiser, e se for para se acreditar em minha adivinhação, tu e eu encontraremos o melhor.

Alcibíades – Se para isso basta responder, não há dificuldade.

Sócrates – Nesse caso, diz e então o que é ter cuidado consigo mesmo, pois muitas vezes não temos cuidado conosco, despercebidamente, quando gostaríamos de ter. Quando é que um homem tem cuidado consigo mesmo? Será que ao cuidar de suas coisas estará cuidando de si mesmo?

(PLATÃO, 2000, p. 106 -107 apud. FREITAS, 2010, p. 183)

A primeira forma de se relacionar é com o seu próprio eu. Antes mesmo de se relacionar com o mundo e com a sociedade, o bebê, ainda dentro de sua bolsa gestacional, passa um longo período se relacionando consigo mesmo. Nós seres humanos, somos movidos por regras, leis, valores e condutas, mas para fazer destas algo significativo para si mesmo, é necessário se conhecer, se observar, se disciplinar e se impor.

Em seus últimos estudos, Foucault passa a estudar e analisar a história das condutas e da sexualidade a partir das experiências de si. Segundo o próprio autor, na introdução ao *Uso dos Prazeres*, publicado em 1984, o propósito dele não era o de reconstruir a história das condutas e também não era de analisar as ideias desses princípios éticos, mas problematizar como constituiu-se uma "experiência" com que os indivíduos são levados a se reconhecer.

De acordo com Larrosa (1994), ao estudar a história da sexualidade a partir da experiência, Foucault aponta que a própria experiência de si implica no

(...) resultado de um complexo processo histórico de fabricação no qual se entrecruzam os discursos que definem a verdade do sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade nas quais se constitui sua própria interioridade. É a própria experiência de si que se constitui historicamente como aquilo que pode e deve ser pensado. A experiência de si, historicamente constituída, é aquilo a respeito do qual o sujeito oferece seu próprio ser quando se observa, se decifra, se interpreta, se descreve, se julga, se narra, se domina, quando faz determinadas coisas consigo mesmo etc. E esse ser próprio sempre se produz com relação a certas problematizações e no interior de certas práticas. (p. 43)

Sendo assim, o sujeito é compreendido como um "eu" ético em relação consigo mesmo. Um sujeito que se constrói, se descreve e se julga. A ética, para Foucault, deixa de ser a regra moral em relação ao comportamento do outro, e passa a ser sobre o cuidado de si.

Entretanto,

Foucault é acusado de defender uma ética que separa o indivíduo do mundo, como se este pouco se importasse com os acontecimentos circundantes, fechando-se em si mesmo num puro narcisismo, mas ele explica que a ética de Foucault se direciona por uma via oposta a essa. O sujeito cria uma "distância" entre si e o mundo não egoisticamente, mas sim, criando essa distância, volta-se para si, para agir sobre o mundo. Trata-se de um "eu" reflexivo que, de acordo com as circunstâncias, recolhe-se para depois agir. (GALVÃO, 2014, p.12)

Reconhecer o sujeito como construtor de experiências de si é respeitar a sua bagagem histórica e cultural. E no âmbito escolar, a ideia do cuidado de si transforma a escola e faz com que ela deixe de ser um espaço de reprodução de conhecimentos. Permitindo que a sala de aula se torne um local de experiências vivas e a partir disso, um espaço de construção de conhecimentos significativos e transformadores.

Entre os conhecimentos úteis ao homem, jamais é feita referência aos segredos da consciência e à busca da identidade do sujeito ou da natureza humana. **Os segredos da natureza não dão lugar aos segredos da consciência. Trata-se sempre do mundo, dos outros, daquilo que os envolve. Possibilitar que o sujeito surja como elemento recorrente das relações é condição para olhar as coisas do mundo, os deuses e outros homens. Por conseguinte, a primeira modalidade de conhecimento útil é o saber relacional...** Trata-se ainda de conhecimento que, uma vez adquirido, transforma o modo de ser do sujeito. Opõe-se ao conhecimento ornamental que, embora culturalmente considerado verdadeiro, não possui força prescritiva e conseqüentemente não modifica a maneira de ser de alguém (CANDIOTTO, 2008, p. 5-6 apud. FREITAS, 2010, p.18, grifos meus).

A ética foucaultiana versa sobre uma postura reflexiva das atitudes do indivíduo com o mundo. Antes do sujeito agir sobre o outro, ele retorna reflexivamente sobre si, age em si e posteriormente, age sobre o outro. O cuidado de si é um ato de educação individual e com o mundo, exemplos disso são algumas das atitudes tomadas no período de pandemia do COVID-19, como: o isolamento social e o uso da máscara para cuidado de si e do outro.

Por outro lado, a moral é “um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de diversos aparelhos prescritivos” (FOUCAULT, 1994, p.26 apud. FARIAS, 2015, P. 150). A moral é sobre as posturas que são impostas e que justifica as ações que colocam em primeiro lugar as necessidades do capitalismo e que na maioria das vezes, rompe o afeto e atos humanizadores.

Quando perguntado aos entrevistados sobre uma situação em que sujeitos cortavam a fila de um ônibus, desconsiderava pessoas idosas e aqueles que haviam chegado primeiro, respostas como: *"Isso não é falta de educação, muito pelo contrário, isso é o resultado de uma educação que coloca em primeiro lugar a necessidade de você chegar no horário, de ter e manter o seu emprego"*. Justificava o ato a partir da moralidade e desconsiderando a ética de si, posturas reflexivas e se colocar no lugar do outro: como você se sentiria se alguém cortasse a sua fila?

Em diversas situações do cotidiano é reproduzida a seguinte frase: "fulano esqueceu o que é a educação", devido aos valores e princípios morais preestabelecidos culturalmente. Mas, a partir da leitura da ética foucaultiana, é necessário refletir sobre os modos que cuidamos de nós próprios e como estes atos irão atingir a sociedade à qual pertencemos. O cuidado de si é uma forma do próprio sujeito refletir sobre as suas capacidades de variações de comportamento em relação às situações cotidianas.

Também é necessário refletir: como alguém que não cuida de si e que não é ético com o seu próprio eu, pode cuidar e ser ético com o mundo? O cuidado de si pode parecer narcisista, mas é uma perspectiva afetuosa, acolhedora e principalmente, hospitaleira com si e com o mundo.

EDUCAÇÃO ANTIRRASCISTA

Às vezes eu temo escrever.
A escrita se transforma em medo,
para que eu não possa escapar de tantas
construções coloniais.

Nesse mundo,
eu sou vista como um corpo que
não pode produzir conhecimento,
como um corpo fora do lugar.

Eu sei que, enquanto escrevo,
cada palavra escolhida por mim
será examinada,
e, provavelmente, deslegitimada.
Então, por que eu escrevo?

Eu tenho que fazê-lo.
Eu estou incrustada numa história
de silêncios impostos,
de vozes torturadas,
de línguas interrompidas por
idiomas forçados e
interrompidas falas.

Estou rodeada por
espaços brancos
onde, dificilmente, eu posso adentrar e permanecer.
Então, por que eu escrevo?
Escrevo, quase como na obrigação,
para encontrar a mim mesma.

Enquanto eu escrevo
eu não sou o Outro
mas a própria voz.
Não o objeto,
mas o sujeito.

Torno-me aquela que descreve
e não a que é descrita.
Eu me torno autora,
e a autoridade
em minha própria história.
Eu me torno a oposição absoluta
ao que o projeto colonial predeterminou
eu retorno a mim mesma,
eu me torno: existo.

(KILOMBA, 2015)

Com 56% da população total, o Brasil é o país com o maior número de negros fora da África. Mesmo assim, a cada 23 minutos, um jovem negro é brutalmente assassinado em nosso país (IPEA, 2017). Segundo dados do IBGE, em 2018, pretos e pardos possuíam o rendimento médio domiciliar de R\$ 934, enquanto os brancos ganhavam, em média, quase o dobro, R\$ 1846. Nos cargos legislativos, "esse grupo representa 24,4% dos deputados federais e 28,9% dos deputados estaduais eleitos em 2018 e por 42,1% dos vereadores eleitos em 2016 no país" (IBGE, 2018). Apesar disso, equivocadamente, ousam dizer que não existe racismo no Brasil.

Assim como a Djamila Ribeiro, eu, quando criança:

... fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto, como se não tivesse existido uma vida anterior nas regiões de onde essas pessoas foram tiradas à força. Disseram-me que a população negra era passiva e que "aceitou" a escravidão sem resistência. Também me contaram que a princesa Isabel havia sido sua grande redentora. No entanto, essa era a história contada do ponto de vista dos vencedores, como diz Walter Benjamin. O que não me contaram é que o Quilombo dos Palmares na Serra da Barriga, em Alagoas, perdurou por mais de um século, e que se organizaram vários levantes como forma de resistência à escravidão, como a Revolta dos Malês e a Revolta da Chibata. (RIBEIRO, 2019, p.7)

Perceber, entender e questionar a história do povo negro que é reproduzido nas escolas e nos livros didáticos requer uma revisão profunda, crítica e complexa sobre o tema, a percepção de mundo e de si próprio. Inicialmente é preciso entender que o racismo no Brasil é uma decorrência da estrutura social, do nosso processo histórico e político.

Também é importante lembrar que na Constituição do Império de 1824, que determinava que a educação era um direito de todos os cidadãos, foi vetado o acesso de pessoas escravizadas na escola. Que apesar da Lei Áurea ter sido assinada no dia 13 de maio de 1888, aqui no Brasil, a escravidão ainda perdurou por muitos anos e não houve nenhum tipo de política pública para a inclusão dessas pessoas na sociedade brasileira.

Mas afinal, o que é racismo? Segundo Almeida (2018),

o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. Embora haja relação entre os conceitos, o racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial.

O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avarentos ou orientais "naturalmente" preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos. (ALMEIDA, 2018, p. 32)

A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamentos diferenciados a membros de grupos racialmente identificados (ALMEIDA, 2018, p. 32). Entre os tipos de discriminação, gostaria de destacar a discriminação positiva. Ela é definida como uma possibilidade de atribuição de tratamentos diferenciados a grupos historicamente discriminados com o objetivo de corrigir as desvantagens e garantir a igualdade de oportunidade. Exemplos de discriminação positiva são as políticas de ações afirmativas e as cotas.

Na Universidade Estadual de Campinas, o sistema de cotas só passou a ser garantido após uma exaustiva greve estudantil em 2016, ano o qual ingressei na graduação. Os debates em três audiências públicas, realizadas após a greve, em torno do tema "cotas e as ações afirmativas", afetou e tocou a todos que ocupam e ocuparam a universidade nestes últimos anos. Os Discursos do Sujeito Coletivo a respeito desse tema colocou em xeque como os sujeitos da UNICAMP vem discutindo e construindo diariamente uma educação antirracista.

Na fala do Núcleo de Consciência Negra da Unicamp na 1ª Audiência Pública para Debater a Política de Cotas da Unicamp (2017):

A pergunta que não cala, quantos negros têm na sua sala? Essa pergunta é repetida exaustivamente ao longo da última greve estudantil na Unicamp. Uma pergunta que não cala, admite várias respostas, há várias negras limpando as salas, há poucos alunos negros estudando nas salas e há menos ainda professores negros ensinando nas salas. Fora dos muros da Unicamp há uma enorme legião de negros que com seus impostos que sustentam a universidade, mas que passaram a maior parte de suas vidas pensando que a Unicamp que é um hospital ou que perguntaram: "Quanto custa a mensalidade para estudar na Unicamp?" A universidade que dá a Campinas reconhecimento internacional é a mesma que mal consegue dialogar com as pessoas da periferia da cidade que a abriga.[...] Queremos uma universidade em que a ausência negra seja exceção e não a regra.

Também é importante ressaltar que com a Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira se tornou obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio. De acordo com essa Lei:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a

cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

A Lei nº 10.639/2003 é valorosa por trazer a história do povo negro por uma outra perspectiva, mas ela sozinha, não é suficiente. A construção de uma educação antirracista é diária e minuciosa, com tomadas de posturas, reconhecimentos de privilégios e práticas como: conversar com as crianças a respeito de situações e notícias sobre o racismo; apresentar livros que possuem personagens negros que fogem dos estereótipos; valorizar as heranças e as contribuições do povo negro; e repensar sobre as expressões que relacionam o branco como algo bom e o preto como algo negativo.

É importante ter em mente que para pensar soluções para uma realidade, devemos tirá-la da invisibilidade. Portanto, frases como "eu não vejo cor" não ajudam. O problema não é a cor, mas seu uso como justificativa para segregar e oprimir. Vejam cores, somos diversos e não há nada de errado nisso (RIBEIRO, 2019, p. 30).

Falar, ler e estudar o racismo é urgente e essencial para compreendemos brutalidades como as causadas a: Marielle Franco, 38 anos e Anderson Gomes, 39 anos; Evaldo Rosa, 46 anos; Marcos Vinícius da Silva, 14 anos; Ágatha Felix, 8 anos; João Pedro, 14 anos; George Floyd, 46 anos; Miguel Otávio, 5 anos; João Alberto Freitas, 40 anos; e tantos outros negros e negras que foram assassinados durante a produção deste trabalho. Dedico a eles, este capítulo e a minha humilde homenagem.

A luta antirracista é diária para que todos possam compreender e entender os direitos que foram e são negados a nós, pretos, desde os nossos ancestrais. A luta antirracista é de todos, sejam pretos ou brancos e nisso, a escola possui um papel fundamental! A escola precisa conversar sobre o processo de branqueamento, debater sobre o racismo e levar os seus alunos a ocuparem espaços como a universidade pública e tantos outros.

Eu, Jéssica, sou a primeira de toda a minha família por parte de mãe a chegar à universidade. Meus avós não foram alfabetizados e meus pais não concluíram o ensino fundamental. Eu sou o sonho de todos os meus ancestrais e tudo isso só foi possível porque tive professores que me disseram que sim, a universidade é um espaço para todos. E é esta a educação que anseio para todos aqueles que vierem depois de mim.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA



O método utilizado denomina-se Discurso do Sujeito Coletivo (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012), desenvolvido por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) é uma técnica dependente da Teoria das Representações Sociais.

A Representação Social (RS) na qualidade de conhecimento do senso comum está sempre presente em uma opinião, em um julgamento, em uma avaliação, posicionamento, manifestação ou postura de um indivíduo comum. (JODELET, 1989, apud LEFEVRE, 2017, p.15)

Uma prova disso é que é sempre possível agrupar e reconstituir, em grandes categorias de sentido, depoimentos ou outras manifestações de pensamentos individuais. O que são tais categorias? São esquemas sociocognitivos (HERZLICH, 2005), ou seja, modos socialmente compartilhados de conhecer ou representar e interagir com o mundo e com a vida, no cotidiano presentes no atores sociais de uma dada formação social (JODELET, 1989, apud LEFEVRE, 2017, p.15)

Todos os dados coletados na pesquisa seguiram os processos de formulação e aplicação da Resolução Nº 510, de 07 de Abril de 2016 - Conselho Nacional de Saúde. A participação do público alvo foi de livre consentimento e asseguramos a garantia do anonimato de qualquer participante.

O presente trabalho começou a ser estruturado em maio de 2018, com o CAAE³ Nº 89312718.7.0000.8142. Nesta fase, foi realizado um pré-teste para conhecer a validade da pergunta que seria utilizada na coleta de dados. A questão preliminar foi: "Quando você usa a palavra educação, o que você quer dizer com ela?" Com a abrangência da pergunta, muitas formas de educação surgiram e entre elas:

Tabela 1: Alguns dos discursos do pré-teste.

PRÉ - TESTE	
SUJEITO	DISCURSO
028	<i>"Penso que educar é formar um indivíduo para o convívio em sociedade. Começa dentro de casa, e depois se complementa na escola (um trabalho conjunto com os pais)"</i>

³ CAAE: Certificado de Apresentação de Apreciação Ética.

045	<i>"Educação se baseia em uma estrutura tanto familiar quanto escolar. Se baseia em conceitos teóricos e moralistas de uma sociedade. Sendo um dos princípios básicos de todo cidadão, onde é direito de todos ter acesso a ela."</i>
049	<i>"Transmitir conhecimentos sobre a vida, o cotidiano, a natureza e as pessoas para as novas gerações como uma forma de manter a "espécie" e progredi-la, sendo este último um ato de autonomia com ela."</i>
054	<i>"A educação só é eficaz quando esta afeta o ser humano de modo que ele possa representá-la livremente sem se preocupar com os moldes impostos, ou seja, educar vai além dos muros da escola."</i>

No período entre agosto e setembro de 2018, foram selecionados e entrevistados de forma aleatória 86 sujeitos. A partir da análise dos dados coletados no pré-teste, foram criados cinco casos fictícios que se basearam nas principais modalidades de educação apontadas nos discursos dos entrevistados deste período.

Em 2019, a pesquisa foi contemplada pelo Programa de Iniciação Científica Voluntária (PICV) da Pró-Reitoria de Pesquisa da Unicamp com quota de 2019 - 2020. Nesta fase, foram selecionados 36 sujeitos que totalizaram 180 discursos. Todos os sujeitos eram pertencentes a grupos específicos como: professores, alunos, funcionários e terceirizados da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e entrevistados no período de setembro a novembro de 2019. Todos os entrevistados responderam quatro perguntas descritivas do sujeito e os cinco casos que abordavam: a educação familiar, a educação escolar, a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, a educação e o cuidado de si, e a educação antirracista.

É importante ressaltar que o número de sujeitos não foi definido estatisticamente, dado que esta pesquisa possui caráter exploratório.

Segue abaixo o perfil dos entrevistados:

Figura 2: gráfico de barras com a distribuição de idades segundo as faixas etárias.

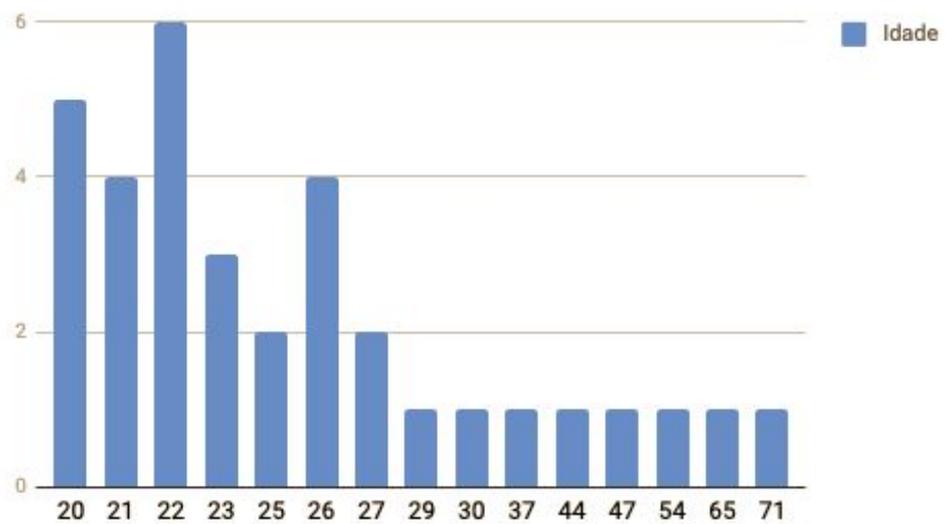


Figura 3: gráfico circular com o percentual dos sujeitos por gênero.

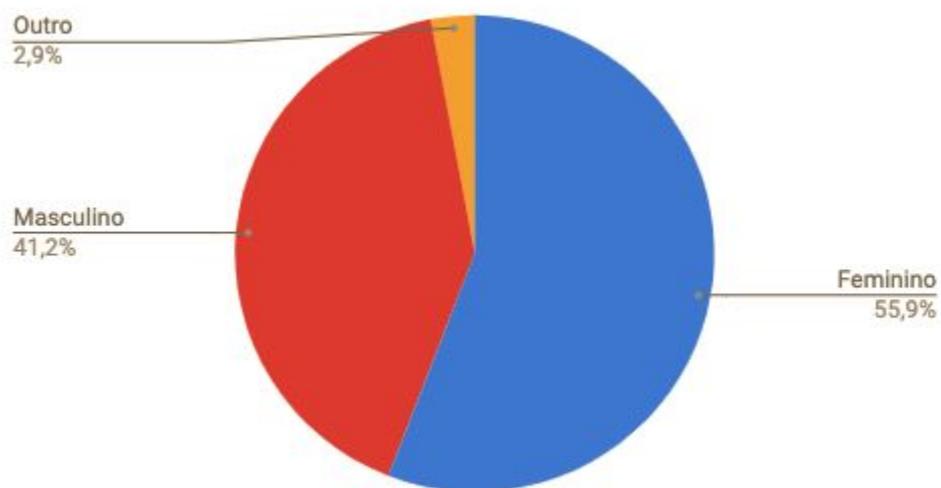


Figura 4: gráfico circular com o percentual dos sujeitos por escolaridade.

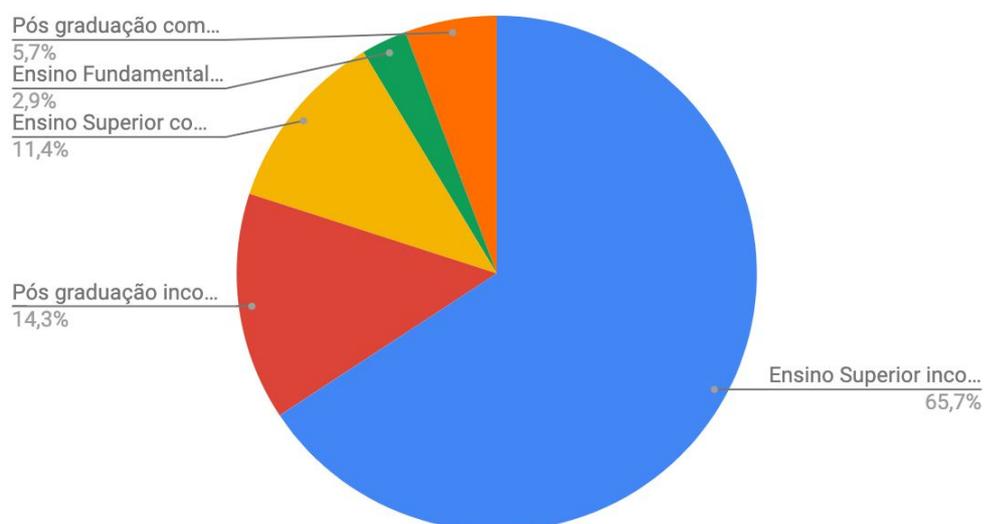
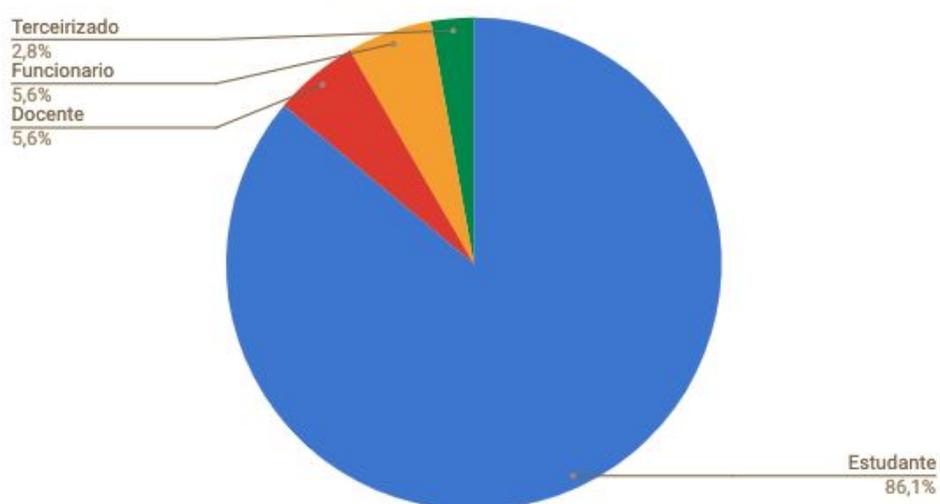


Figura 5: gráfico circular com o percentual dos sujeitos por vínculo à Unicamp.



DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) se caracteriza como um método de pesquisa qualiquantitativo. Tal método é capaz de associar os conteúdos das opiniões de sentidos semelhantes em categorias e com isso se pode chegar ao pretendido, ou seja, ao discurso de um coletivo dito na primeira pessoa do singular.

O Discurso do Sujeito Coletivo (LEFEVRE: LEFEVRE, 2005; 2010) é uma forma de resgatar e apresentar as RS⁴ obtidas de pesquisas empíricas em que as opiniões ou expressões individuais, que apresentam sentidos semelhantes, são agrupadas em categorias semânticas gerais, como normalmente se faz quando se trata de perguntas ou questões abertas. Mas o diferencial da metodologia do DSC é que a cada categoria estão associados os conteúdos das opiniões de sentido semelhante de modo a formar, com tais conteúdos, um depoimento síntese, redigido na primeira pessoa do singular, como se tratasse de uma coletividade falando na pessoa de um indivíduo. Trata-se de um discurso construído na primeira pessoa do coletivo do singular. (MANTOAN, 2014, p.19)

Segundo LEFEVRE (2017), outro aspecto a salientar é que a partir das representações sociais sob a forma de depoimentos coletivos, veiculam histórias ou narrativas coletivas a respeito de um dado tema ou problema pesquisado.

Tais histórias coletivas refletem ou carregam códigos narrativos socialmente compartilhados; por isso é possível, com os conteúdos e argumentos de depoimentos individuais que apresentam sentido semelhante, construir na primeira pessoa do singular, uma narrativa verossímil, ou seja uma história aceitável para um interlocutor culturalmente equivalente aos pesquisados. (LEFEVRE, 2017, p.17)

Para a produção dos DSCs, que são os produtos finais do método, foi necessário passar pelas seguintes etapas:

- **Ida a campo:** as entrevistas foram realizadas de forma individual, gravadas em formato de áudio e posteriormente transcritas.
- **Redução dos discursos:** Nesta fase, os depoimentos coletados nas entrevistas foram analisados individualmente e através das Expressões Chaves (ECHs) que são trechos do material coletado, é revelado a essência do conteúdo do depoimento.

⁴ RS: Representações sociais.

- **A busca dos sentidos:** Após selecionar as ECHs⁵ é preciso resumi-las o mais sinteticamente possível, criando assim, as Ideias Centrais (ICs). "Quando as ICs são identificadas pelo pesquisador em conjuntos homogêneos de ECHs, pode-se chamá-las de Categorias. As Categorias são operadores importantes no momento de organizar o corpus em análise no software DSCSoft" (NASCIMENTO, 2017).

Para exemplificar as fases para construção dos DSCs, segue abaixo um exemplo:

Tabela 2: exemplificação das fases iniciais do DSC.

CASO 1	
Resposta do Sujeito	<i>"Não concordo. Sanções com agressão física apenas reprimem o comportamento na frente dos pais, pode gerar ansiedade, timidez, baixa auto-estima e outros problemas, portanto, penso que existem outras formas de resolver o problema."</i>
Expressões Chaves	Sanções com agressão física pode gerar ansiedade, timidez, baixa auto-estima e outros problemas, portanto, penso que existem outras formas de resolver o problema
Ideia Central	Há outros meios de educar
Categoria	B - Há outras meios de educar

Depois que foi encontrando as expressões chaves, ideias centrais e reunido as ideias centrais em categorias, entramos na fase da **construção dos discursos**: Os Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs) é constituído por uma reunião de expressões chaves que apresentam ideias centrais semelhantes. Para elaborá-lo, é preciso paciência e o uso de técnicas básicas de edição. Para cada categoria é possível construir um DSC que deve ser redigido em primeira pessoa do singular. Segue abaixo um exemplo com a reunião das expressões chaves que construíram o DSC da categoria A, caso 1:

⁵ ECHs: Expressões chaves.

Tabela 3: expressões chaves que construíram a categoria A, caso 1.

EXPRESSÕES CHAVES CATEGORIA A - REPRODUÇÃO GERACIONAL
Sujeito 01 - Não concordo. Se esses pais apenas reproduzem este conceito de educação infantil
Sujeito 03 - essa ação vem da associação popular de educação a um comportamento rígido para crianças. Os pais no fundo sentem que estão errados, mas por motivos não encontram outra forma de lidar.
Sujeito 12 - bater faz com que qualquer relação de educação e aprendizado saudável acabe. Os pais também são prejudicados, pois não veem saída a não ser batendo e mostrando o quão ineficiente foi a sua educação.
Sujeito 18 - Se ela é uma criança mal educada e malcriada, ela está apenas repetindo a criação que ela tem em casa.
Sujeito 21 - eu fui criado na educação que eu apanhava
Sujeito 31 - é direito da criança ser educada sem agressão, isso também está ligada com a falta de formação e por uma cultura que diz sobre como deve se tratar uma criança. Muitas vezes esses pais agem como os próprios pais deles que muitas vezes batiam. Eu vejo uma série de explicações históricas para isso, mas eu não acho aceitável!
Sujeito 35 - Eu acho que você falando e impondo respeito, a criança obedece. A educação depende dos pais e não precisa de agressão. por um reflexo geracional dos seus próprios pais

Tabela 4: resultado do DSC, categoria A, caso 1.

RESULTADO: DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO (DSC) CATEGORIA A - REPRODUÇÃO GERACIONAL
<i>"Não concordo. Eu vejo uma série de explicações históricas para isso, mas não acho aceitável! É um direito da criança ser educada sem agressão. Eu acho que o bater está ligado com a falta de formação e por uma cultura que diz sobre como se deve tratar uma criança. Muitas vezes esses pais agem como os próprios pais deles que muitas vezes batiam na criança (...)"</i>

CAPÍTULO III - OS CASOS E SEUS DISCURSOS



Cara leitora e leitor, nas páginas a seguir, você encontrará os cinco casos fictícios que foram criados especificamente para este trabalho. Apresentarei também os resultados quantitativos com gráficos e tabelas, que mostram as frequências de ideias centrais e o número de entrevistados presentes em cada categoria formada. A posteriori, encontrará os resultados qualitativos que são os DSCs. Os Discursos do Sujeito Coletivo são os resultados dos discursos de cada categoria e foram construídos em primeira pessoa do singular com base nas etapas detalhadas nas páginas anteriores.



CASO 1

Liz é uma criança de 6 anos que tem fama de ser uma criança teimosa e malcriada no bairro. Seus pais assumem que batem nela para educá-la. Admitem que muitas vezes se sentem mal com isso, mas dizem que se não for assim, ela não será uma criança educada.

Você concorda ou não com a opinião desses pais? Por que?



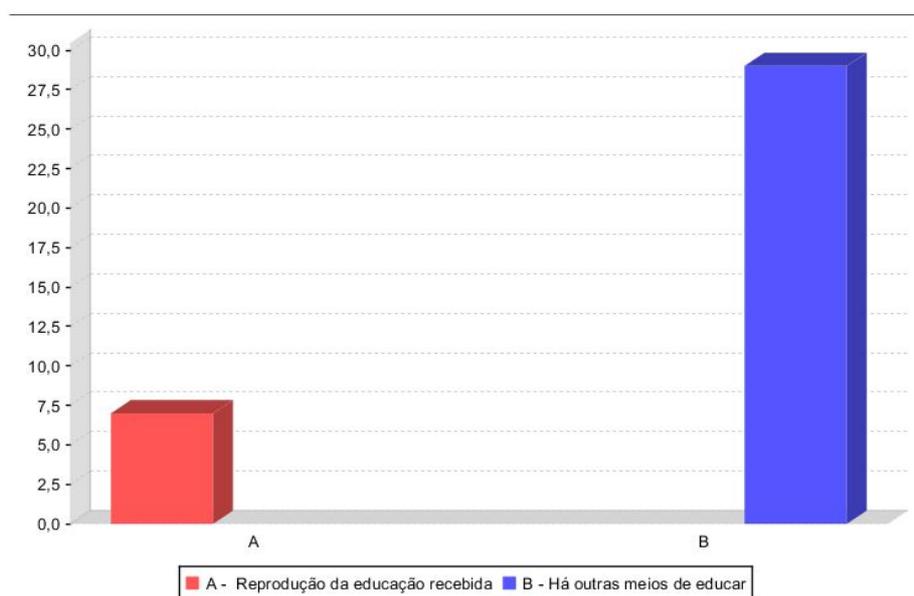
RESULTADOS QUANTITATIVOS

Percentual de ideias centrais relacionadas ao Caso 1 - "Liz é uma criança de 6 anos que tem fama de ser uma criança teimosa e malcriada no bairro. Seus pais assumem que batem nela para educá-la. Admitem que muitas vezes se sentem mal com isso, mas dizem que se não for assim, ela não será uma criança educada. Você concorda ou não com a opinião desses pais? Por que?"

Tabela 5: dados quantitativos caso 1.

Categoria	(N)	Frequência de ideias	Frequência de entrevistados
A - Reprodução da educação recebida	7	19,44 %	19,44 %
B - Há outros meios de educar	29	80,56 %	80,56 %
TOTAL DE RESPOSTAS	36		
TOTAL DE ENTREVISTADOS	36		

Figura 6: gráfico em barras com os dados quantitativos do caso 1.



RESULTADOS QUALITATIVOS

O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) representa a síntese dos discursos dos sujeitos entrevistados e pode ser compreendido aqui, neste trabalho, que os sujeitos sociais pertencentes à UNICAMP, possuem uma postura crítica em relação à mania de bater.

DSC

CATEGORIA A - REPRODUÇÃO DA EDUCAÇÃO RECEBIDA

Não concordo. Eu vejo uma série de explicações históricas para isso, mas não acho aceitável! É um direito da criança ser educada sem agressão.

Eu acho que o bater está ligado com a falta de formação e por uma cultura que diz sobre como se deve tratar uma criança. Muitas vezes esses pais agem como os próprios pais deles que muitas vezes batiam na criança. Batendo esses pais apenas reproduzem este conceito de educação infantil por um reflexo geracional dos seus próprios pais. Essa ação vem da associação popular de educação a um comportamento rígido para crianças.

Os pais no fundo sentem que estão errados, mas por diferentes motivos não encontram outra forma de lidar.

Eu acho que você falando e impondo respeito, a criança obedece. A educação depende dos pais e não precisa de agressão. Eu também fui criado na educação em que se apanhava e sei que bater faz com que qualquer relação de educação e aprendizado saudável acabe. No fundo, os pais também são prejudicados.

CATEGORIA B - HÁ OUTROS MEIOS DE EDUCAR

A violência não é e nunca deveria ser usada como uma forma de educação. Eu não acho que a violência transforma uma criança teimosa e mal educada em algo que possa ser considerado melhor. A violência não é o caminho, isso só vai gerar mais violência e pode causar traumas na vida dessa criança. Sanções com agressão física podem gerar ansiedade, timidez, baixa auto-estima e outros problemas, portanto, penso que existem outras formas de resolver o problema.

Eu acho que inicialmente tem que entender a privacidade da criança, a criança como indivíduo. Tem um milhão de outros métodos para se dar uma educação que não seja através da violência. Acho que em vez de você punir, você deve ensinar a criança a ter responsabilidade. Disciplina é essencial, um exemplo simples pode ser colocar a criança de castigo e conversar com ela.

Ainda que seja difícil e muitas vezes temos, como pais, vontade de dar uns tapas, é preciso sentar, respirar fundo e conversar muito. Algumas crianças não sabem expressar seus sentimentos e acabam transformando-os em violência ou malcriação. Às vezes, elas podem estar fazendo isso apenas para chamar a atenção, o que significa que pode haver um problema que os pais desconhecem e que não se resolve com uma surra. Já vi várias reportagens sobre estudos que revelaram que bater na criança faz mal para ela, e que o certo é conversar.

A criança é um ser humano e enquanto tal, racional. Ela é movida a linguagem e precisa aprender a argumentar e a atuar no meio social. Então, precisa usar a linguagem e não a brutalidade como forma de manter relação com os outros.

CASO 2

Antônio tem 38 anos e é professor do 3º ano do Ensino Fundamental, em uma conversa, ele disse: “Eu ensino meus alunos para que eles aprendam o que está no currículo, sejam bem comportados e no futuro, passem no vestibular, e consigam um bom emprego”. Você concorda ou não com a visão de educação deste professor? Por que?



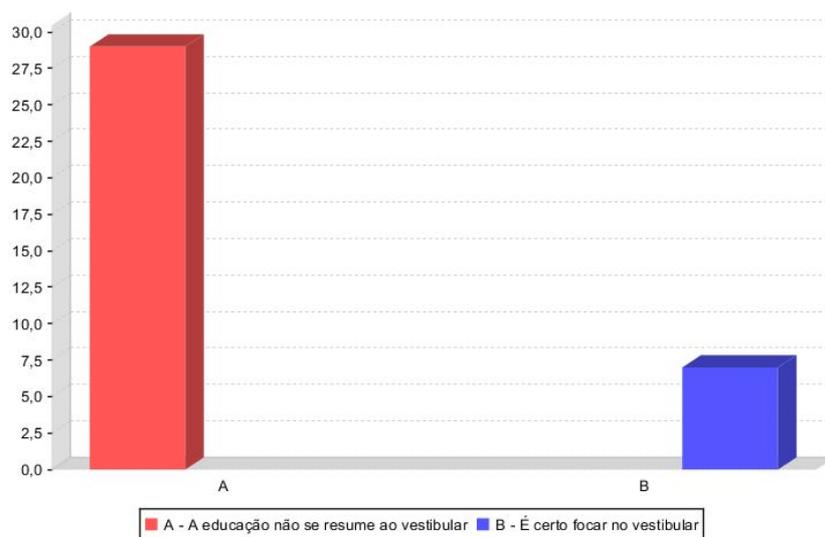
RESULTADOS QUANTITATIVOS

Percentual de ideia centrais relacionadas ao Caso 2 - "Antônio tem 38 anos e é professor do 3º ano do Ensino Fundamental, em uma conversa, ele disse: “Eu ensino meus alunos para que eles aprendam o que está no currículo, sejam bem comportados e no futuro, passem no vestibular, e consigam um bom emprego”. Você concorda ou não com a visão de educação deste professor? Por que?"

Tabela 6: dados quantitativos caso 2.

Categoria	(N)	Frequência de ideias	Frequência de entrevistados
A - A educação não se resume ao vestibular	29	80,56 %	80,56 %
B - É certo focar no vestibular	7	19,44 %	19,44 %
TOTAL DE RESPOSTAS	36		
TOTAL DE ENTREVISTADOS	36		

Figura 7: gráfico em barras com os dados quantitativos do caso 2.



RESULTADOS QUALITATIVOS

A síntese dos discursos dos entrevistados e pode ser compreendido aqui, neste caso, que em 80,56% dos sujeitos, possui uma postura sólida em relação a uma educação escolar que visa a formação para além do currículo preestabelecido.

DSC

CATEGORIA A - A EDUCAÇÃO NÃO SE RESUME AO VESTIBULAR

Eu acho que em um mundo ideal não deveria ser assim, mas como todo o nosso sistema educacional é voltado para que você passe no vestibular, acho que os professores ficam meio que numa sinuca de bico. Ficam obrigados a fazer com que os alunos tenham esse objetivo de passar no vestibular, o que não é o ideal.

O processo educacional é mais amplo do que passar no vestibular. A educação tem um fim em si, o vestibular é um episódio artificial na vida das pessoas. Existe um mercado de trabalho, existe uma vida social e prática, onde você precisa realmente focar no vestibular, arranjar um trabalho e estar preparado para essas burocracias da vida. Mas a educação está muito relacionada com o se descobrir, entender a arte, entender outras formas de se manifestar e criar o seu próprio senso crítico.

Esse professor é bem intencionado, mas a visão de educação dele é muito estreita. Acho que educação deveria englobar o aluno não só para uma formação prática, mas para uma formação empática com o mundo. O professor precisa trazer comentários e conteúdos para a sala de aula que ajudem as crianças a refletir sobre a vida, sobre quem elas são e o que elas realmente desejam, ou seja, não dá para ficar restrito na questão mercadológica que o vestibular se tornou.

Se a educação não for libertadora e de transformação, esta educação não faz sentido para mim.

CATEGORIA B - É CERTO FOCAR NO VESTIBULAR

Esse professor fala de uma coisa muito boa que é o ensinar para que essas crianças tenham um bom currículo e que sejam ótimos profissionais no mercado de trabalho. Ele está preparando os seus alunos para o futuro, preocupado que eles tenham um futuro melhor.

Eu concordo com ele e com a sua visão de ensino. Eu acho que ele sabe o que é bom para essas crianças, né?!

CASO 3

João Pedro tem 10 anos e estudava em uma APAE (ESCOLA ESPECIAL). Atualmente, está matriculado no 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola comum, não participa das atividades com os demais colegas de sua sala de aula, não faz suas lições no caderno e já agrediu os colegas. João Pedro conhece as letras do alfabeto e consegue fazer adições simples. Alguns pais de alunos da mesma sala sugerem que o João Pedro volte para APAE porque na escola comum ele não vai se educar.

Você concorda ou não com estes pais? Por que?



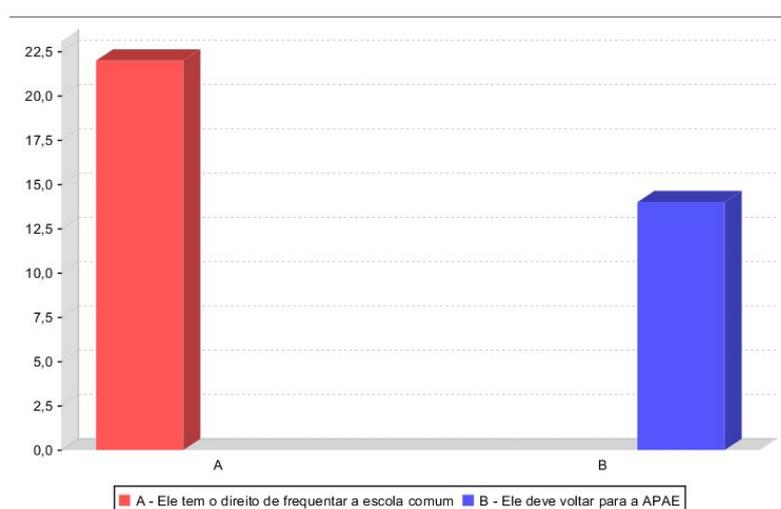
RESULTADOS QUANTITATIVOS

Percentual de ideias centrais relacionadas ao Caso 3 - "João Pedro tem 10 anos e estudava em uma APAE (ESCOLA ESPECIAL). Atualmente, está matriculado no 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola comum, não participa das atividades com os demais colegas de sua sala de aula, não faz suas lições no caderno e já agrediu os colegas. João Pedro conhece as letras do alfabeto e consegue fazer adições simples. Alguns pais de alunos da mesma sala sugerem que o João Pedro volte para APAE porque na escola comum ele não vai se educar. Você concorda ou não com estes pais? Por que?"

Tabela 7: dados quantitativos caso 3.

Categoria	(N)	Frequência de ideias	Frequência de entrevistados
A - Ele tem o direito de frequentar a escola comum	22	61,11 %	61,11 %
B - Ele deve voltar para a APAE	14	38,89 %	38,89 %
TOTAL DE RESPOSTAS	36		
TOTAL DE ENTREVISTADOS	36		

Figura 8: resultados quantitativos do caso 3 em gráfico de barras.



RESULTADOS QUALITATIVOS

A síntese dos discursos dos entrevistados apontou que 61,11% dos sujeitos possuem uma postura crítica em relação ao acesso indiscriminado de todos os alunos ao ensino regular.

DSC

CATEGORIA A - ELE TEM O DIREITO DE FREQUENTAR A ESCOLA COMUM

Ele tem o direito de frequentar a escola comum. O que esses pais querem fazer é um crime contra a vida do João Pedro, é exclusão social, é segregação. Se o João Pedro voltasse para a APAE seria um retrocesso gigantesco. Eu acho que os problemas que ele enfrenta aqui, toda a comunidade escolar deve cuidar. Tantos os pais quanto os professores têm que aprender com esse caso para que os próximos alunos com características parecidas ou não, recebam um tipo de tratamento adequado, em vez de um atestado de falência.

Isso é fruto de algumas coisas que estava discutindo com alguns amigos nos últimos dias. Entendo que é uma situação complicada, mas eu acho que se essa criança ficar só no ambiente da APAE, convivendo com outras pessoas que apresentam as mesmas especificidades dela, não me parece ser algo saudável. O mundo não é feito só de pessoas com deficiência, né? Ele é feito de todas as pessoas e é por isso que acho importante que ela tenha contato com outras crianças também.

Não podemos afirmar que ele não vai se educar, porque não há uma fórmula única de educação a ser seguida. O ideal é que o João possa conviver entre os dois espaços: a escola comum e no contraturno do seu horário de aula, ele deve ir a um local especializado como o AEE⁶.

Está na hora de acabarmos com a questão da escola especial. Precisamos ter mais inclusão e respeito com a sociedade em que vivemos. Precisamos aprender a amar o diferente, a ter empatia e cuidar de cada um.

⁶ AEE: Atendimento Educacional Especializado.

DSC

CATEGORIA B - ELE DEVE VOLTAR PARA A APAE

Só quem tá na pele, que tem um filho com problema é que sabe, né? Essa escola não tem capacidade de inserir esse aluno, eu concordo com os pais. Na escola especial, eles conseguiriam suprir todas as necessidades do João Pedro e assim, ele iria aprender. Eu sei que é bom que ele esteja entre os demais alunos, mas vejo que é complicado que permaneça na sala de aula.

Esses professores e essa escola não tem um pulso adequado para ele. Ele só faz baderna, agride os colegas e não consegue estudar. Ele simplesmente sabe algumas letras. Muitas vezes, ele acaba atrapalhando e atrasando o conteúdo, porque o professor acaba ficando focado ali, em ajudar o aluno da APAE e esquece dos demais. Não estou me desfazendo da criança, mas eu acho que se ele voltasse para a escola que ele estava, ele iria conseguir estudar e assim, também deixaria os outros coleguinhas, da outra escola, estudarem.

Eu acredito no pessoal que diz que todas as escolas deveriam ser equipadas para a inclusão de todos os alunos e sei que não deveriam existir escolas especiais, porque eu acredito que seja uma forma de segregação. Mas a escola comum ainda não tem estrutura para acolher todos os alunos.

CASO 4

Claudia tem 52 anos e utiliza o transporte público diariamente. Em uma conversa durante a espera do ônibus, ela disse: “Todo dia é a mesma coisa, eu chego cedo para conseguir ficar entre os primeiros da fila, mas na hora de subir no ônibus, é essa bagunça. É um empurra pra cá, um empurra pra lá. Sabe, eu estou cansada! As pessoas esqueceram o que é educação.”

Você concorda ou não que essas pessoas “esqueceram o que é a educação”? Por que?



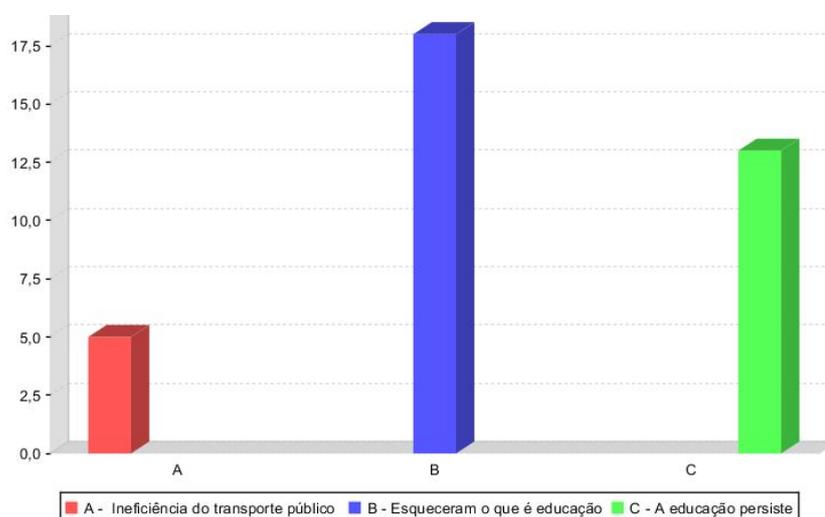
RESULTADOS QUANTITATIVOS

Percentual de ideias centrais relacionadas ao Caso 4 - "Claudia tem 52 anos e utiliza o transporte público diariamente. Em uma conversa durante a espera do ônibus, ela disse: "Todo dia é a mesma coisa, eu chego cedo para conseguir ficar entre os primeiros da fila, mas na hora de subir no ônibus, é essa bagunça. É um empurra pra cá, um empurra pra lá. Sabe, eu estou cansada! As pessoas esqueceram o que é educação." Você concorda ou não que essas pessoas "esqueceram o que é a educação"? Por que?"

Tabela 8: dados quantitativos caso 4.

Categoria	Nº de entrevistados	Frequência de ideias	Frequência de entrevistados
A - Ineficiência do transporte público	5	13,89 %	13,89 %
B - Esqueceram o que é educação	18	50,00 %	50,00 %
C - A educação persiste	13	36,11 %	36,11 %
TOTAL DE RESPOSTAS	36		
TOTAL DE ENTREVISTADOS	36		

Figura 9: resultados qualitativos do caso 4 em gráfico de barras.



RESULTADOS QUALITATIVOS

A síntese dos discursos dos entrevistados apontou que 50% dos sujeitos acreditam que sim, as pessoas esqueceram o que é educação.

DSC

CATEGORIA A - INEFICIÊNCIA DO TRANSPORTE PÚBLICO

Eu acho que esse caso é muito mais sobre a ineficiência do transporte público do que sobre a educação. Tá todo mundo cansado, vivemos em uma correria que muitas vezes, só o que queremos é ir embora. Não é que as pessoas não tenham educação, é que elas têm outras necessidades em casa. As pessoas precisam parar de criticar umas às outras em situações como essas e precisam passar a acionar o poder público. Os transportes públicos nas cidades brasileiras são muito deficitários e problemáticos.

De fato, eu me sensibilizo e solidarizo com ela porque é muito ruim você ter cinquenta e dois anos e estar se espremendo em uma lata de sardinha. Ela fala sobre a educação em um aspecto moral, onde as pessoas têm que respeitar uma fila. Mas precisamos questionar a forma como todos os trabalhadores são tratados no transporte público. Isso não é falta de educação, muito pelo contrário, isso é o resultado de uma educação que coloca em primeiro lugar a necessidade de você chegar no horário, de ter e manter o seu emprego.

DSC

CATEGORIA B - ESQUECERAM O QUE É EDUCAÇÃO

Concordo. Se ela chegou mais cedo, a outra pessoa tem que pegar a fila e não cortar a frente do outro, né?! Isso é falta de educação. Eu acho que, de fato, falta um pouco de civilidade na maior parte dos lugares, principalmente nos meios urbanos, onde há muita correria. Não adianta você ser educado com uma pessoa e ser mal educado com dez. Ter educação é você respeitar os mais velhos, respeitar uma fila e respeitar onde quer que você esteja. Se você chegou em primeiro, segundo ou terceiro lugar, você vai se encaixando de acordo com a fila. Isso é ter educação e isso gera bondade, empatia e cuidado com o outro. Mas muitas pessoas só se importam com o benefício próprio, sem se importar com o outro e isso é desrespeitar o espaço e o direito de outras pessoas.

DSC

CATEGORIA C - A EDUCAÇÃO PERSISTE

De fato poderia ter mais organização e cortesia, mas não acho que seja correto dizer que as pessoas esqueceram o que é educação. Às vezes, atitudes desse tipo se devem ao fato de que todo mundo está com pressa e estressado do trabalho. A gente tem que entender também que as pessoas têm suas necessidades e têm seus tempos. Algumas pessoas não vão fazer uso da educação por um tanto de comodismo e outras por conta de uma questão cultural e de vivência. Esse caso em questão diz muito sobre uma questão de respeito e ética, e isso não é necessariamente esquecer da educação.

CASO 5

Maria Isabel tem 12 anos e não consegue se olhar no espelho. A menina relata que todos os dias ao passar pelo portão da escola, ouve os demais alunos dizerem que ela parece “uma macaca”, “um borrão de asfalto” e que ela “precisa dar um jeito no seu cabelo duro”. O diretor da escola disse que esses meninos só são mal educados e que ela não deve ligar para o que eles falam.

Você concorda ou não com o diretor da escola? Por que?



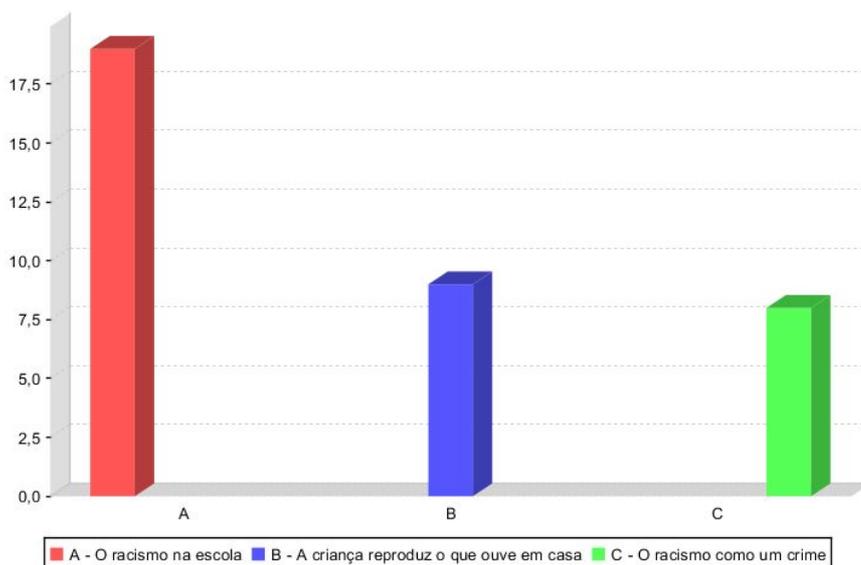
RESULTADOS QUANTITATIVOS

Percentual de ideias centrais relacionadas ao Caso 5 - "Maria Isabel tem 12 anos e não consegue se olhar no espelho. A menina relata que todos os dias ao passar pelo portão da escola, ouve os demais alunos dizerem que ela parece "uma macaca", "um borrão de asfalto" e que ela "precisa dar um jeito no seu cabelo duro". O diretor da escola disse que esses meninos só são mal educados e que ela não deve ligar para o que eles falam. Você concorda ou não com o diretor da escola? Por que?"

Tabela 9: dados quantitativos caso 5.

Categoria	(N)	Frequência de ideias	Frequência de entrevistados
A - O racismo na escola	19	52,78 %	52,78 %
B - A criança reproduz o que ouve em casa	9	25,00 %	25,00 %
C - O racismo como um crime	8	22,22 %	22,22 %
TOTAL DE RESPOSTAS	36		
TOTAL DE ENTREVISTADOS	36		

Figura 10: resultados qualitativos do caso 5 em gráfico de barras.



RESULTADOS QUALITATIVOS

A síntese dos discursos dos entrevistados apontou que todos os sujeitos entrevistados possuem uma postura crítica em relação ao racismo. E 52,78 % dos sujeitos, acreditam que o ambiente escolar é um espaço essencial para o debate e problematização do tema.

DSC

CATEGORIA A - O RACISMO NA ESCOLA

O diretor está sendo negligente com essa situação. Na escola, atitudes como essas precisam ser debatidas, problematizadas e reconstruídas a favor do respeito e dos processos de humanização. Não basta dizer para a vítima que ela não deve ligar, porque isso não vai mudar como ela se sente a respeito da situação.

Isso é um caso de racismo e é justamente por isso, que eu acho muito importante que não seja só tratado entre a vítima e os envolvidos. Todo mundo deve ser levado a pensar sobre isso, porque a escola não pode deixar essas situações isentas, para que daqui uns dias, ela ou outros alunos negros possam passar por esse tipo de agressão novamente.

Por mais que as crianças tenham por volta de uns doze anos, acredito que cada uma já possa ter uma certa conscientização sobre cor, pele, cultura, identidade e isso deve ser debatido dentro do ambiente escolar.

DSC

CATEGORIA B - A CRIANÇA REPRODUZ O QUE OUVI EM CASA

A situação descrita é um caso de racismo e, ao invés de ser atenuado, deve ser tratado como tal para que as crianças entendam e aprendam a respeitar o outro. Pensando pela questão da idade, eu acho que talvez, tenha sido sim uma questão de criação e acredito que seja reversível. As crianças não nascem más, muito menos racistas, isso são coisas que elas ouvem em casa ou no meio em que elas estão inseridas.

Todos nós crescemos dentro de uma estrutura racista e é muito comum reproduzir esse tipo de comportamento. Se as crianças não tiveram acesso com nenhum tipo de discussão que ressignifique essas frases que absorveram desde

muito cedo, elas vão reproduzir. Por isso, a escola tem um papel muito importante para mudar este tipo de pensamento.

DSC

CATEGORIA C - O RACISMO COMO UM CRIME

Isso é racismo e o racismo no Brasil é um crime inafiançável. Você não pode só falar que eles só são mal educados e que a menina deveria ignorá-los, isso fere integralmente a pessoa que está sendo alvo do racismo. É um absurdo que você possa desculpar o racismo com a ideia que isso é falta de educação. Esse diretor está velando uma situação de racismo explícito e se eu fosse os pais desta menina, processaria esse diretor. Esses meninos precisam ser punidos e isso deve ser resolvido na delegacia.

CONCLUSÕES DOS DADOS QUALIQUANTITATIVOS

Os objetivos deste estudo foram: conhecer e analisar o que as pessoas de distintas faixas etárias, gêneros, escolaridades e profissões da UNICAMP têm a dizer quando se expressam verbalmente sobre a palavra “educação” quando ela está relacionada à escola, a sociedade e a família.

Pelos Discursos do Sujeito Coletivo aqui compostos e revelados pelos cinco casos desta pesquisa, conheci um crescimento significativo no pensamento dos depoentes em relação a uma educação crítica, humanizadora e para todos.

No primeiro caso, no qual foi narrado um exemplo da *Educação Familiar* e o ato de bater como um meio de educar, revelou-se em suas duas categorias um exemplo de transformação na educação de crianças. Ambos os discursos apontaram o bater como algo inaceitável e reconheceram o diálogo como o principal meio de educar. Do mesmo modo, no segundo caso em que se discute a *Educação Escolar*, com 80,56% das respostas, a “categoria A - a educação não se resume ao vestibular” superou as nossas expectativas apontando a importância de uma educação crítica que busca a formação de cidadãos e práticas educacionais voltadas às transformações individuais e sociais.

A *Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, exemplificada no caso três, aponta um crescimento significativo na compreensão de uma escola

que deve atender todas as pessoas sem qualquer tipo de discriminação. Percebe-se também uma mudança no entendimento e no olhar para a pessoa com deficiência, que foi expressado em diversos momentos, uma vez que é um direito destas pessoas frequentarem a escola comum. É claro que esse olhar ainda não é unanimidade. Já a categoria B apontou que 38,89% das pessoas ainda concordam com a escola especial.

No caso quatro sobre a *Educação em Sociedade* foi onde se revelou a maior divergência de opiniões. Foram formadas três categorias: na categoria A - *a ineficiência do transporte público*, 13,89 % das pessoas justificaram que furar uma fila não é falta de educação, mas uma questão que vem do déficit do transporte público. Já na categoria B, 50% das pessoas acreditam que sim, as pessoas esqueceram o que é a educação para viver em sociedade. De outro lado, a categoria C com 36,11 % volta a afirmar, assim como na categoria A, que as pessoas não esqueceram o que é educação, justificando que o caso narrado é um caso isolado.

Sobre a *Educação e as Relações Étnico-Raciais*, caso 5, verificou-se uma unanimidade nas respostas referentes ao racismo. A categoria A com 52,78% afirmou a importância de uma escola acolhedora e crítica, que trata com seus alunos assuntos que vão além do currículo formal. O mesmo caso encerra a pesquisa reafirmando tudo aquilo que foi discutido nos quatro casos anteriores, trazendo nos Discursos do Sujeito Coletivo o quanto reproduzimos aquilo que vivemos em casa, a importância do diálogo e do papel da escola como formadora de cidadãos de uma sociedade que respeita a diferença.

Concluo que os dados quali-quantitativos constituem um bom começo para se compreender como os sentidos e as práticas de educação tem evoluído, de um modelo punitivo, preconceituoso e discriminatório para um modelo mais inclusivo. Os discursos também revelam que é mesmo possível pensar em uma escola de nível básico que seja humanizadora e crítica, fazendo com que aos poucos a escola tradicional, que vivemos ainda nos dias de hoje, perca a sua identificação como um curso preparatório para vestibular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dicionário, quando se procura o vocábulo “*educação*”, encontram-se significados como: ato ou processo de educar; aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano; conhecimento e observação dos costumes da vida social; civilidade, polidez, cortesia; adestramento de animais. Mas no decorrer destes dois anos de pesquisa, encontrei para a palavra *educação* significados voltados às experiências de si e às subjetividades de seres únicos e singulares.

Nelson Mandela, em 2013, disse que “a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para transformar o mundo”. Esta frase que marca o legado do ex-presidente da África do Sul gera uma pergunta a qual me moveu desde o início desse trabalho: como a educação é capaz de transformar o mundo?

A educação está em toda parte e não há uma única modalidade de educação. Ela está no âmbito escolar, no contexto familiar, religioso, no trabalho, na fila do ônibus e em tantos outros espaços. Entretanto, diferente do que está imposto por muitos, a educação não se resume na reprodução e na transmissão de conhecimentos, porque ela é “sobre a cura e a integridade. É sobre empoderamento, libertação, transcendência, sobre renovar a vitalidade da vida. É sobre encontrar e reivindicar a nós mesmos e nosso lugar no mundo” (PAKER, 1999, apud. HOOKS, 2019, p. 201).

Neste trabalho de conclusão de curso abordei cinco modalidades de educação, entre elas: a educação familiar, a escola escolar, a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, a educação e o cuidado de si e a educação antirracista. Ao analisar as falas dos sujeitos entrevistados, a educação como um reflexo de si, como um meio de se transformar para transformar o mundo, foi algo que me chamou a atenção e esteve presente em todos os casos analisados no estudo.

Transformar-se para transformar o mundo é: reconhecer que o hábito de bater não educa e é inaceitável; é buscar novos meios para a educação de crianças; é reconhecer que a educação escolar vai muito além do episódio do vestibular; é buscar e viver uma educação por meio da democracia para a formação de cidadãos; é lutar para o acesso e a permanência de todos na escola comum; é conhecer-se, descobrir-se, observar-se; é respeitar e valorizar as diferentes culturas e histórias; é

compreender que somos seres diferentes e é isso que nos torna únicos e singulares.

A educação exige a convicção que a transformação é possível e que ela se inicia no meu "eu" mais íntimo. Ela exige respeito, ética, diálogo e comprometimento. Também requer responsabilidades educacionais com os recém chegados ao mundo, com as crianças, e para isso, precisamos lutar e valorizar a escola como um espaço capaz de gerar transformações individuais e coletivas.

E é nessa direção que desejo continuar exercendo o meu trabalho como educadora.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2018.

ANDRADE, C. D. Verbo Ser. In: _____. **Poesia e Prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988.

ARENDT, Hannah. **A crise na educação**. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 247. 1a edição (Between past and future): 1961.

ARIÈS, P. (1981). **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC.

BELL, Hooks. **Educação democrática**. In: CASSIO, Fernando. Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

BIESTA, Gert. **Para Além da Aprendizagem: educação democrática para um futuro humano**/ Gert Biesta; tradução Rosaura Eichenberg. -- 1.ed.; 2. reimp. -- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

BRANDÃO, C. Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.

BRASIL.(Constituição). **Constituição Federal do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal/subsecretaria de Edições Técnicas.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm> Acesso em: 10 de novembro de 2020.

_____. **Decreto nº. 10.502, de 30 de setembro de 2020.** Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>> Acesso em: 10 de novembro de 2020.

_____. **Lei Federal N. 8069, de 13 de julho de 1990.** ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

_____. **Lei nº 10.639. de 9 de janeiro de 2003.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em: 25 de novembro de 2020

_____. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial/SEESP. **Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CATRACA LIVRE. **Filhos 'devem sentir dor' para aprender.** Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/filhos-devem-sentir-dor-para-aprender-diz-nov-o-ministro-da-educacao/>> Acesso em: 05 de dezembro de 2020.

CAVALCANTE, Meiriene. **Do preferencial ao necessário: o atendimento educacional especializado na escola comum.** Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/250933/1/Cavalcante_Meire_M.pdf> Acesso em: 20 de novembro de 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. (2016). **Resolução Nº 510/2016 – dispõe sobre a pesquisa em ciências humanas e sociais.** Brasil: Ministério da Saúde, Brasília, DF.

CORA, Coralina. **Vintém de Cobre: Meias Confissões de Aninha.** 8 ed. São Paulo: Global, 2001.

FREITAS, Alexandre Simão de. **Michel Foucault e o “cuidado de si”: a invenção de formas de vida resistentes na educação.** Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/847/pdf_39. Acesso em 15 de dezembro de 2020.

GALVÃO, Bruno Abilio. **A ética em Michel Foucault: do cuidado de si à estética da existência.** Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/17068/11428>> Acesso em 15 de dezembro de 2020.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf> Acesso em: 24 de novembro de 2020.

IPDSC. **O DSCSOFT.** Disponível em: <http://ipdsc.com.br/o-dscsoft/>. Acesso em: 18 fev. 2020.

IPEA. **Atlas da violência 2017.** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf> Acesso em: 24 de novembro de 2020.

KILOMBA, Grada. **Enquanto eu escrevo.** Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5737704/mod_resource/content/1/Enquanto%20eu%20escrevo.pdf> Acesso em: 24 de novembro de 2020.

LARROSA, Jorge. **“Tecnologias do eu e educação”.** In: Silva, Tomaz Tadeu. O sujeito da educação. Petrópolis: Vozes, 1994, p.35-86.

LEFÈVRE, Fernando. **Discurso do sujeito coletivo. Nossos modos de pensar, nosso eu coletivo.** 1a. Ed. São Paulo, SP: Andreoli, 2017.

LONGO, C. da S. **A punição corporal doméstica de crianças e adolescentes: o olhar de autores de livros sobre educação familiar no Brasil (1981-2000) / Cristiano da Silveira Longo.** – São Paulo, Leditora, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. (org.). **A Escola e Suas Transformações, a partir da educação especial, na perspectiva inclusiva.** Campinas: Librum, 2014. 191 pp.

_____. Maria Teresa Eglér. **O que é uma escola hospitaleira. E como formatá-la.** Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/uma-escola-hospitaleira/> Acesso em: 17 de novembro de 2020.

_____. Maria Teresa Eglér. **A pesquisa como prática educativa: construir novos modos de ensinar.** In: BORGES, Roberta Rocha. Do projetar o contexto investigativo ao maravilhar-se: Quais caminhos seguir? Campinas: 148 Educação, 2017.

_____. Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do Capital/** István Mészáros; tradução Isa Tavares - 2.ed. - São Paulo: Boitempo, 2008.

NASCIMENTO, Daniel. ***O Discurso De Todos Nós: um estudo sobre a rede social de formação continuada de professores Todos Nós Em Rede.*** Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/325677/1/Nascimento_DanielDeRaefrayBlanco_M.pdf> Acesso em 23 jan. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

UNICAMP. **Núcleo de Consciência Negra da Unicamp na 1ª Audiência Pública.** In: Relatório Grupo de Trabalho Responsável pela Organização das Audiências Públicas para debater a Política de Cotas da Unicamp. Disponível em: <https://www.ic.unicamp.br/~diretor/docs/cotas_relatorio_gt.pdf> Acesso em: 25 de dezembro de 2020.